

A RIVALIDADE COMO SENTIMENTO PROFUNDO: ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E REFLEXOS CONTEMPORÂNEOS DO PADRÃO DE RIVALIDADE ENTRE BRASIL E ARGENTINA¹

RIVALRY LIKE DEEP FEELING: ORIGIN, HISTORIC EVOLUTION AND CONTEMPORARY REFLECTIONS OF RIVALRY'S PATTERN BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA

Érica Cristina Alexandre WINAND*

Resumo: Examinamos aqui a progênie do sentimento de rivalidade que balizou por muito tempo as relações entre Brasil e Argentina, atentando para sua relação com as identidades internacionais das duas partes envolvidas, sua evolução no tempo e seus diversos momentos de influência sobre as relações entre os dois países. Como conclusão, esperamos estabelecer um diálogo entre presente e passado que vislumbre os reflexos das percepções mutuamente construídas, em momentos-chave do histórico de rivalidade e de cooperação entre os dois Países. Compreendemos que muitos dos desentendimentos contemporâneos podem ser explicados menos por razões concretas do que por questões afetivas estruturais.

Palavras-chave: Brasil; Argentina; rivalidade histórica; cooperação.

Abstract: In this article, we examine the history of the rivalry's feeling that have based the long relations between Brazil and Argentina, linking its relationship with the two parties' international identities, their evolution over time, and its various moments of influence on relations between both countries. In conclusion, we hope to establish a dialogue between past and present, observing reflections of each other built perceptions in history key moments of rivalry and cooperation, between the two countries. We understand that many of contemporary disagreements can be explained less by concrete reasons than by structural emotional issues.

Keywords: Brazil; Argentina; historic rivalry; cooperation.

Introdução

Nossa alusão à histórica rivalidade entre Brasil e Argentina, enquanto “sentimento profundo”, remete ao prisma conceitual e metodológico da corrente francesa da História das Relações Internacionais, que tem em Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle, seus expoentes matriciais.² A originalidade da corrente francesa reside na desconstrução da antiga História Diplomática, que circunscrevia suas fontes de informação ao ponto de vista exclusivo das chancelarias, dos Tratados Internacionais e dos atos heroicos das

* Doutora em História e Cultura Política pela UNESP-Franca. Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (DRI-UFS). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e Líder do Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE). E-mail: ericawinand@yahoo.com.br.

personalidades da diplomacia. A partir do argumento da corrente francesa, a verdade histórica é alcançável quando o estudo dos fatores de longa duração é confrontado com fontes históricas de diferentes procedências. As últimas devem fornecer ao pesquisador o entendimento das intenções que induziram a determinada configuração das relações externas do Estado. É no contraponto entre motivações de fundo e versões oficiais e/ou discursivas, ou, ainda, na ponderação entre o objetivo concreto e o meio utilizado para alcançá-lo, que reside a compreensão do sentido de um Ato Internacional e não, primeiramente, em seu texto constitutivo. Também, para a escola francesa, as rivalidades entre os Estados têm existência estável, e estão relacionados ao sentimento nacional, ao desejo por poder, motivo pelo qual o fato e o documento só ganham sentido quando analisados à luz da evolução histórica (SARAIVA, 2007, p. 13).

Em síntese, as relações internacionais são movidas por um conjunto de causalidades duradouras que podem ser culturais – ou valorativas –, geográficas, demográficas, econômicas, ideológicas, etc., chamadas de “forças profundas”, dentre as quais se destacam as grandes correntes sentimentais e os traços da mentalidade coletiva (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 06).

No presente estudo, defendemos que o padrão de rivalidade que orientou as relações do Brasil com a Argentina é intrínseco ao próprio transcurso de formação do Estado brasileiro, e de sua identidade como nação. A visão de si e de seu entorno regional definiu as grandes linhas de atuação externa do Brasil, plasmadas, por sua vez, pela burocracia diplomática ao longo do tempo.

Na primeira seção, sustentamos a proposição de que o território foi o elemento referencial de introjeção dos valores ancestrais, que nutririam por séculos, a rivalidade mútua entre Brasil e Argentina. Compreendemos, ademais, que ainda que ao longo do tempo, o território tenha deixado de constituir referência essencial, a identidade sobre ele cultivada, materializou padrão nas relações internacionais do Brasil, sobretudo com seus vizinhos. Problematizamos aqui que os padrões de atuação externa cunhados por condições estruturais geram maior complexidade, no que toca a sua dissolução no tempo, do que aqueles gerados por correntes conjunturais. Assim, defendemos que, se por um lado, o padrão de cooperação que orientou as relações entre Brasil e Argentina, a partir da década de 1980 e, de modo mais marcante, desde a criação do MERCOSUL, esteja relacionado a

determinadas condições conjunturais; por outro lado, o aspecto estrutural explica porque a rivalidade permanece sombreando os projetos cooperativos.

Concatenando fatores estruturais a fatores conjunturais, nota-se que o antigo padrão de rivalidade não foi substituído por novo padrão cooperativo, mas ambos passaram a coexistir, ao menos até meados da década de 1990.

Neste artigo, atentar-nos-emos à criação do padrão de rivalidade, à sua reprodução no tempo, seja pela memória diplomática, seja pelo acontecimento datado; e, à conseqüente introjeção de valores históricos pelos representantes da chancelaria, valores tais reverberados em momentos-chave das relações entre Brasil e Argentina.

Para afirmar a sobrevivência do padrão de rivalidade, utilizamos relatos históricos, memórias diplomáticas e também documentos outrora classificados como confidenciais, pesquisados no arquivo histórico do Itamaraty.³

O território como referência identitária e a rivalidade essencial

As projeções internacionais de poder, a partir de afirmações do “eu”, podem ser compreendidas pelo conceito de identidade internacional que, segundo Celso Lafer, expressa “o conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam sua visão e os seus interesses, como ator no sistema mundial, [...]” (LAFER, 2007, p. 20).

O Brasil construiu perante a América Latina uma identidade por diferenciação. Primeiro, pela identificação territorial: o único *monster country* do continente. Depois, sustentou uma monarquia, em meio a um continente de repúblicas, empenhada em afirmar a soberania nacional sobre a integridade territorial (LAFER, 2007, p. 32). Essa consideração é importante porque o padrão de rivalidade⁴ que guiou por muito tempo as relações entre Brasil e Argentina está relacionado, em sua origem, à percepção territorial que fundamentou diferentes conflitos, como, por exemplo, a questão platina. Aquela nasce, segundo Mello (1996, p. 25), com a fundação da Colônia de Sacramento, à margem esquerda do Rio da Prata, “praticamente defronte a Buenos Aires”, cujo posto militar asseguraria à Coroa Portuguesa um limite natural entre os seus domínios e os da Espanha. Para dominar o Rio da Prata, seria necessário controlar sua desembocadura, o que, por sua vez, de acordo com Magnoli (1997, p. 37 e 45), alude à “lenda de uma entidade territorial segregada, envolvida pelas águas de dois grandes rios (Amazonas e Rio da Prata)”, a ser

chamada de *Ilha-Brasil*. O autor busca nas análises cartográficas e historiográficas de Jaime Cortesão⁵ argumentos que traduzem o polêmico mito como um artifício para a fixação de uma “razão geográfica de Estado” e para a definição de um ‘imperativo geopolítico’ para os três primeiros séculos de formação territorial no Brasil”. A noção de *Ilha-Brasil* incitava, em suas palavras “[...] a subversão do horizonte histórico e diplomático e sua substituição por um ordenamento ancestral”. Assim, defende o autor que “No lugar dos tratados entre as coroas e, em particular, do acerto de Tordesilhas, ela invocava uma verdade prévia, anterior à história” (MAGNOLI, 1997, p. 48).

O mito da Ilha-Brasil povoou o universo da diplomacia brasileira, que por sua vez, ao longo de gerações, inspirava-se nos ensinamentos históricos e geográficos, começando por Rio Branco.⁶ Se como defende Magnoli, o espaço territorial brasileiro já se constituía no imaginário da metrópole portuguesa, sendo apenas transplantado para o ideário do futuro Estado brasileiro, fragilizam-se as teses que outorgam aos navegantes e bandeirantes a ampliação casual do território brasileiro.⁷

Em suma, destaca-se o fato de que o Brasil, desde sua origem, identifica-se como um gigante obstinado a alcançar o destino a ele intrínseco. Posto isto, “[...] o território, mais que suporte material, adquirira ‘um valor de homogeneidade simbólica, a pátria [...]’” (FOUCHER apud MAGNOLI, 199, p. 37).

Assim, não causa admiração a prolixa fundamentação da Política Externa do Brasil, sobre questões essencialmente territoriais: primeiramente a consolidação fronteiriça, em seguida a unificação e integração espaciais, e, por último, o desenvolvimento da nação que se consolida pelo território. Seixas Corrêa adverte que mesmo quando terminam as questões territoriais, outros propósitos surgem, complementando os antigos. Uma das sólidas linhas da política externa nacional – o desenvolvimento – surgira da idéia de que depois de realizada a integração física deste amplo espaço, era preciso desenvolvê-lo a fim de que se sustentasse e garantisse sua unidade (SEIXAS CORRÊA, 1999, p. 22-32).

A identidade internacional da Argentina, por sua vez, se formou como reflexo dos desígnios que a antiga metrópole espanhola lhe atribuía. A compreensão geopolítica da metrópole acerca da área de influência administrativa do chamado Vice-Reinado do Prata originou o ideário da “Grande Argentina”, alentado até o século XX, e que englobava geograficamente a Argentina, a Banda Oriental, o Paraguai e o Alto Peru, e situava em Buenos Aires, sua capital. Dois pontos são ressaltáveis: Primeiro, a estrutura do Vice-

Reinado do Prata constituiu mecanismo de defesa espanhol contra os desígnios portugueses, e muitas das disputas que sobreviveriam entre a Argentina e o Brasil, depois de sua independência, refletiriam contendas baseadas na herança do sistema mental que orientava as disputas entre as metrópoles imperiais por suas respectivas áreas de influência. Depois, o caráter frágil e irresoluto dos acordos firmados entre Espanha e Portugal, como por exemplo, o que determinava que cabia à primeira o controle da Bacia do Prata e ao segundo, o domínio da Bacia Amazônica, foi motivo de incontáveis litígios. Ainda que Portugal tivesse abdicado à embocadura platina como fronteira meridional de sua supremacia americana, a Espanha vivia receosa de que uma invasão luso-brasileira pudesse ocorrer no sentido sudoeste-sul e, por isso, delegava ao Vice-Reinado do Prata a defesa de suas possessões. Há fortes indícios de que em Buenos Aires conservava-se a crença atávica de que a Argentina era destinada a controlar a área abrangida pelo Vice-Reinado do Prata. Não apenas no século XIX, mas ao longo do século XX, o ideal geopolítico daquele arranjo inspirou o sonho nacionalista da Grande Argentina, como sugere Beired (2002). Concordam Shumway (2008, p. 37) e Heredia (2002, p. 111) que a essência nacional da Argentina foi inspirada no referido ideário. Para o último, inclusive, as estruturas político-administrativas do Vice-Reinado do Rio da Prata – ainda que de curta duração – influenciaram e emprestaram viabilidade ao processo de formação e construção dos aparatos estatais, já que expressavam a vontade ostensiva de romper com os laços coloniais e firmar sua própria identidade. Assim, ainda que o Vice-Reinado deixasse de existir, as elites argentinas se identificavam com o projeto geopolítico que abrangeria o Paraguai, o Uruguai e parte do Peru.

Sintetizemos, pois, duas ideias capitais: 1. Brasil e Argentina reconheceram-se como rivais a partir da percepção que cada um tinha sobre sua representação territorial e, posteriormente, sobre o papel de cada um no entorno geopolítico. 2. Estabeleceu-se, portanto, um padrão de rivalidade essencial aos dois futuros Estados independentes, pautado no fato de que o logro de uma parte significaria o fracasso da outra. Valor que foi incorporado pelas elites dirigentes de cada país. Para Cervo, “quando os agentes coloniais, Portugal e Espanha, retiraram-se de cena, emergiram os agentes locais, os Estados em formação à época da Independência, que também buscavam o controle sobre o espaço adjacente e sobre as sociedades embrionárias” (apud FRIGERIO, 2001, p. 101). Por este

motivo, a despeito da engenhosa arquitetura de solução pacífica de conflitos fronteiriços, novas polêmicas surgiam vez ou outra.

Com fim da Guerra do Paraguai, o padrão de rivalidade, presente nas relações entre Brasil e Argentina, atrelou-se à dinâmica de equilíbrio de poder, vigorante no sistema internacional do Cone Sul, ao longo do século XIX, marcando presença também em episódios do século XX. No que toca à Guerra do Paraguai, pode-se, simplificarmente, compreender que ela eclodiu em conjuntura na qual o capitalismo se ampliava em escala mundial, tornando indispensável o robustecimento do Estado, enquanto instância centralizadora de poder, capaz de garantir a expansão dos mercados, e a continuidade do processo de acumulação. Como os países da América do Sul ainda não contavam com significativo foco de industrialização, suas dinâmicas mercantis diferiam entre si, de acordo com especificidades político-econômicas herdadas do período colonial. Tais diferenças incitaram, por sua vez, desigualdades no processo de acumulação que inflamavam discórdias regionais, sobretudo no campo do comércio internacional. Naquele quadro, recrudescia um conjunto de controvérsias platinas. De um lado, o Uruguai – que concentrava suas atividades no porto de Montevideu – angariava a aliança do Paraguai, que possuía dificuldades econômicas e era carente de saída para o mar. Os dois possuíam desígnios econômicos convergentes com os das elites políticas argentinas do Entre Rios e Corrientes, conformando com elas o projeto de criação de um Estado único que fizesse frente ao Brasil. Intuindo que o caudilhismo argentino poderia ameaçar suas fronteiras (RODRIGUES, 1966, p. 23), o Brasil buscou respaldo da burguesia mercantil de Buenos Aires, e com seu apoio, invadiu militarmente o Uruguai, endossando a posse do partido colorado, que era simpático à hegemonia brasileira na região. Como represália, o governo do Paraguai invadiu um território brasileiro, na província de Mato Grosso, bem como outra porção territorial argentina, desencadeando a guerra e na qual foi derrotado pela Tríplice Aliança (formada pelos grupos afins do Brasil, Uruguai e Argentina). O resultado final dos cinco anos de embate foi a destruição maciça do Paraguai, bem como a dizimação de seus recursos humanos (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 46). O Paraguai tornou-se, a partir daí, totalmente curvado à Argentina. Neste sentido, a Guerra do Paraguai causou uma inversão da balança de poderes na bacia do Prata em favor da Argentina. A nova situação acentuou na Argentina o autoconceito de superioridade, inclusive racial, em relação aos países sul-americanos, e, por conseguinte, o ímpeto hegemônico (RUSSEL e TOKATLIAN, 2003, p.

19). Tratou-se de um período no qual o Brasil era percebido como rival não apenas pelos dirigentes argentinos, mas pelos intelectuais nacionalistas (RUSSEL e TOKATLIAN, 2003, p. 20).

Bandeira adverte, todavia, que a referida rivalidade não tinha base concreta. Por um lado, o avanço institucional argentino não deveria aguçar sentimento de competição no Brasil, ao se considerar que o último já se encontrava unificado, pois herdara as instituições administrativas de Portugal. Do mesmo modo, justamente pelo fato de reproduzir automaticamente em seu relacionamento externo, as alianças preferenciais da antiga metrópole, o Brasil não tinha razões concretas de ver na Argentina uma rival comercial, e *vice-versa*. Os dois países, aliás, estabeleciam vínculos econômicos com terceiras potências diferentes, as quais, a despeito de disputarem entre si os mercados da América Latina, eram fornecedoras de gêneros diferentes, o que permitiria até mesmo que suas economias se complementassem. Por isso, Moniz Bandeira (2003, p. 49) acredita na conservação de um “estereótipo ideológico de rivalidade” manifesto ao longo da história, independente de razões palpáveis.

É bem verdade que algumas personalidades históricas favoreceram a emergência ou a submersão do padrão de rivalidade. Exemplo do primeiro caso foi o Ministro das Relações Exteriores, Estanisláo Zeballos, designado pelo vice-presidente argentino, Figueroa Alcorta (1906-1910), a quem se imputou a autoria do famoso caso do “Telegrama número 9”. Antibrasileirista declarado, Zeballos utilizava o “La Prensa”, jornal do qual era co-fundador, para levantar campanha de hostilidade contra o Brasil. Para Zeballos, o “ultra-proteccionismo” brasileiro enfraquecia a economia argentina. Além disto, o fortalecimento da frota naval brasileira conotava intenções expansionistas (BUENO, 2003, p. 171-175). Zeballos chegou a propor guerra ao Brasil, caso o último não compartilhasse com a Argentina os seus encouraçados (ETCHEPAREBORDA, apud Bueno, 2003, p. 259). Acusado por setores nacionais de promover a instabilidade regional, Zeballos foi convidado a deixar o Ministério. Antes disto, contudo, interceptou um telegrama de Rio Branco, e adulterou seu conteúdo, forjando mensagem que exprimia que o Brasil estaria, junto ao Paraguai, Chile e Peru, protestando contra o expansionismo argentino na região. De acordo com Clodoaldo Bueno (2003, p. 260-270), tendo em mãos a chave do telegrama, Rio Branco providenciou seu descerramento, levando ao público a prova de fraude. Por muito tempo este fato obscureceu o relacionamento bilateral.

O período compreendido pelas duas guerras mundiais (1914-1945) também foi palco de atritos nas relações Brasil-Argentina, já que, embora neutros inicialmente, suas posteriores preferências de aliança os colocaram em lados opostos do conflito. Conquanto fossem notáveis alguns momentos de aproximação, caracterizados por uma “cordialidade desconfiada” (BUENO, 2003, p. 383), as ondas de rivalidade tiveram maior impacto relativo que as de cooperação.

Bandeira (2003, p. 135) argumenta que a contar da primeira guerra, a aceleração do processo de industrialização em marcha no Brasil e na Argentina, franqueou o desenvolvimento de contradições, provocando “tendências favoráveis à aproximação ou ao conflito, segundo as mudanças ocorridas internamente, em suas respectivas situações políticas e/ou em suas relações com os EUA”. Já nos momentos precedentes à segunda guerra mundial, a corrida armamentista entre as duas nações foi retomada com vigor, demarcando a predominância do padrão de rivalidade. A negociação direta de Vargas com Roosevelt para arrendamento de seis *destroyers* converteu-se em importante complicador. A Argentina reagiu energicamente ao trato, mas como também havia encomendado da Grã-Bretanha várias unidades para sua Marinha, terminou recebendo do Brasil réplica à altura. A desavença incitou pressão do Exército e da Marinha brasileiros sobre o governo, para compra de mais armamentos. A possibilidade de guerra foi tão crível que Bandeira (2003, p. 197) sugere que o sentimento das Forças Armadas brasileiras constituiu uma das causas do golpe militar de 1937 no Brasil. A partir daquele prisma, o controle militar sobre o governo tornava garantida a alocação de verbas nas questões de guerra.

Guardadas algumas semelhanças entre Vargas (que governou entre 1930-1945/1951-1954) e Perón (que governou entre 1946-1955/1973-1974)⁸ – não apenas condizentes às suas políticas de controle social, mas referentes à simpatia que lhes era comum aos regimes nazi-fascistas da Europa –, Brasil e Argentina lançavam mão de diferentes métodos para instrumentalizar as alianças com os blocos antagônicos do conflito, em favor de seu diferencial de poder na América do Sul. Para o Brasil, estava claro que uma vantagem maior seria propiciada pela aliança estadunidense, no entanto, uma aproximação com a Alemanha abrir-lhe-ia grande margem de manobra, uma vez que configurava algum tipo de pressão aos Estados Unidos. Até que o Brasil se posicionasse enfaticamente em favor dos aliados, e participasse efetivamente da guerra, o País procedeu com uma agenda positiva com ambos os lados, conseguindo explorar diversas brechas.⁹ Já o alinhamento argentino à

Alemanha parece ter ocorrido de modo deliberado, tendo sido, inclusive, alvo das mais violentas críticas do processo revisionista da política externa argentina dos anos 1990. Todavia, para além dos diferentes modelos de atuação externa, adotados naquele período pelos dois países em tela, o entre guerras rendeu amplo repertório diplomático e jornalístico, importante pela memória que se pôde cultivar a partir de então.

Duas pesquisas recentes apontam para esta constatação. A primeira, organizada pelo diplomata aposentado Sérgio Correa da Costa, trouxe ao público não apenas o relato de suas memórias de quando servia à diplomacia, em Buenos Aires, nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, mas a transcrição de trechos de documentos ultrassecretos que ele mesmo fotografou do *Archivo General de la Nación* (CORREA DA COSTA, 2005). O conteúdo dos documentos explorados pelo diplomata aborda desde o envolvimento argentino na insurreição de mercenários alemães no Rio de Janeiro, em 1828, passando pelo plano de sequestro do imperador do Brasil, e de sua posterior condução até uma prisão em Buenos Aires, até os planos de guerra clandestina entre a coalizão Argentina-Alemanha e o Brasil, no entre guerras. Já afastado do cargo, Corrêa da Costa decidiu completar a pesquisa documental e realizar entrevistas que o levaram às seguintes inferências: O fato de ter encontrado, nos arquivos argentinos, um mapa nazista de recorte da América do Sul em áreas de influência, cujo original encontrava-se na Alemanha, seria um forte indício de que a Argentina era aliada alemã na transformação da América do Sul em espaço vital (CORREA DA COSTA, 2005, p. 251). Também constam da coleta do diplomata, documentos que acusam o estreito envolvimento de Perón com a Alemanha, desde antes de sua subida ao poder, quando este prometia ao Reich o comprometimento de seu governo e de sua diplomacia com a interceptação de mensagens cifradas, assim como um plano de assassinato do então chanceler brasileiro Oswaldo Aranha. Em outra mão, o apoio incondicional que Perón oferecera a Getúlio Vargas levava em conta não apenas as semelhanças entre as vertentes trabalhistas que se pretendiam seguir nos dois países, mas também a simpatia de Vargas por regimes totalitários. Perón esperava de Vargas a neutralização da presença dos Estados Unidos e a conversão do Brasil em uma aliança germânica.

Independentemente da parcialidade da análise, a reflexão que aqui buscamos se faz específica pela possibilidade de os relatos confidenciais da diplomacia, abertos à consulta

apenas para os oficiais da carreira, cristalizarem uma memória de rivalidade ainda inspiradora de cautela mútua por parte das chancelarias.

O relato de Correa da Costa é apenas um, dentre outros possíveis casos, de autores de importantes registros. Enquanto Secretário Geral do Itamaraty à época, certamente entusiasmou posicionamentos, e hoje, aposentado, pode expor, sem maior comprometimento, a visão que a diplomacia brasileira guardava de seu vizinho. Julgamos imprudente, cientificamente, afirmar que aquela memória deixou de ser importante para a tomada de decisão de hoje. É evidente que o passado seja conselheiro da decisão diplomática, a menos que seja suficientemente remoto para se tornar imêmore.

Por outro lado, o acesso a registros pretéritos nos adverte que as explicações de um fato internacional estudado no “calor da hora”, ainda que realizados sobre robusto substrato teórico, podem receber versões muito distintas algumas décadas depois.

Apostando que os registros passados são mais fiéis ao analista do que os registros do presente, o jornalista Hamilton Almeida, utilizando seu curto período de residência em Buenos Aires, quando trabalhava como correspondente para o *Zero Hora*, no início da década de 1990, transformou seu intuito de pesquisar o Mercosul sob a ótica argentina, no escopo de estudar o Brasil de Vargas, “Sob os olhos de Perón”, com base em relatórios secretos do período, escritos pelo Embaixador da Argentina no Brasil, Juan I. Cooke ao então ministro das Relações Exteriores e Culto, Jerónimo Remorino, bem como em pareceres de Perón.¹⁰ Ao ler a documentação, Almeida constatou que Perón financiou a campanha que reconduziu Vargas ao poder na década de 1950, através de um pacto secreto, e que depois da derrota da Alemanha na Segunda Guerra e do conseqüente fracasso dos planos argentinos, a Argentina chegou à conclusão da premência da união com o Brasil, até pela inevitabilidade da presença dos Estados Unidos na região. Entretanto, Almeida verificou que Perón continuava a ver no Brasil um rival, mas ponderava sobre a improbabilidade de a Argentina se manter economicamente independente. Ainda segundo Almeida, Perón também julgava o desenvolvimento brasileiro como impraticável, devido a sua alta taxa de analfabetismo; assim precisaria contar com o apoio de seu vizinho culto – a Argentina, para “fazer uma verdadeira cruzada” de educação de seu povo (ALMEIDA, 2005, p. 63).

Um pacto secreto de união econômica, militar e política chegou a ser elaborado com Vargas, antes mesmo de ele retornar ao poder, como condicionante do apoio argentino a

sua eleição. Ao tomar o poder, Vargas não pôde cumpri-lo, alegando impotência diante da oposição, fortemente aderente ao *pan-americanismo*. Perón se referiu ao declínio de Vargas como um “baile de cretinismo”¹¹. O registro diplomático, como nos mostra Almeida, cristalizava a imagem de uma Argentina frustrada, que fazia da imprensa brasileira, dos militares brasileiros e do Itamaraty, seus principais opositores. De acordo com os relatos do então Embaixador Cooke – que serviram à Almeida como fonte histórica –, a imprensa brasileira era imbuída de forte sentimento antiargentino e de uma percepção de inferioridade racial que impedia avanços nas relações com a Argentina. Os militares, por sua vez, preocupavam-se em levantar injúrias e calúnias contra o vizinho e, por fim, o Itamaraty, não admitia cooperação com o entorno sul-americano. Sobre o último, nenhum poder era suficientemente superior. Segundo as mensagens do Embaixador Cooke, tratava-se de “uma instituição supragovernamental que deveria ser desmontada juntamente com outras excrescências imperiais” (COOKE apud ALMEIDA, 2005, p. 147-281). Para a chancelaria argentina, a diplomacia brasileira era orientada a externar uma falsa cumplicidade. Falsa não por ausência de cordialidade e boa vontade, mas pela fraqueza de seus princípios frente às diretrizes fundamentais da política exterior brasileira, moldadas pelo Império.

Os homens que professam essa idéia de simpatia à Argentina se inclinam até certo limite, em que seu afeto toca as suas crenças e normas de fundo em matéria internacional, e, como é lógico, daí não passam. Em outros casos, os dirigentes do Ministério das Relações Exteriores deixam que essas concepções básicas influam até em sua conduta formal e se convertam em decididos e públicos adversários da República Argentina. [...] Tais condições não se referem somente às influências políticas ou econômicas, mas também culturais. Há que se reconhecer que, apesar [...] Cabe destacar que, enquanto a formulação da política exterior argentina está baseada, como as principais premissas de seu governo, na vontade e tendências populares, a condução internacional da posição brasileira depende completamente do pensamento de uma minoria que dirige o Itamaraty e que se forma dentro das concepções do Barão do Rio Branco, modificando-as muito levemente e sem acompanhar o compasso dos acontecimentos modernos (COOKE apud ALMEIDA, 2005, p. 106-107).

A diplomacia argentina interpretava que a liderança era o corolário da política externa do Brasil, a ser alcançada com apoio de uma prática de balanço de poder que utilizaria os Estados Unidos como diferencial. Assim a chancelaria argentina interpretava os princípios da política internacional brasileira:

Princípios estratégicos de condução: Apoio dos Estados Unidos, o que é obtido mediante seu voto nos eventos internacionais, as concessões limitadas ao aporte de capitais, a defesa das liberdades democráticas; reação ostensiva contra os regimes totalitários; observância das sugestões americanas. Aproximação do Peru. Manutenção da relação comercial, política, cultural com as nações excluídas da sua órbita e atraídas pela Argentina.

Princípios psicológicos de condução: Difusão constante do conhecimento de seu potencial, especialmente entre os países limítrofes. Ocultamento de suas debilidades. Difusão cultural (principalmente do idioma) entre as nações vizinhas.

Princípios normativos: O papel das forças armadas brasileiras é *a priori* defensivo. Fica para a diplomacia a realização dos objetivos internacionais. A condução dos negócios exteriores deve estar, exclusivamente e, sem interferência, nas mãos do Itamaraty (COOKE apud ALMEIDA, 2005, p. 283).

Fica claro ao se ler o documento acima citado que as ideias brasileiras monitoradas pela Argentina, em seu conjunto político, não lhe representavam ameaça, já que o Brasil era tido como cultural e politicamente incipiente. A principal fonte de ameaça era o Itamaraty.

Cabe sempre lembrar que ao longo da história, Brasil e Argentina preservaram o padrão de rivalidade, mas seguiram exaltando um destino comum que os dirigia a uma fraternidade inexorável. Ambos os padrões, ainda que aparentemente antagônicos, conviveram sem que um substituísse o outro.¹²

Qual a imagem foi forjada pela Argentina a respeito do Brasil, ao longo da história, a partir de seus registros diplomáticos? E qual era a contrapartida brasileira? Em que medida tais imagens não apenas influenciaram decisões de política externa de longo prazo, mas visões de futuras gerações de diplomatas que encontram na memória uma fonte de aprendizagem e inspiração?

Para Martins (2007, p. 02), há três modos de lidar com a experiência histórica: “trata-se de uma forma de interpretar o passado, de modo (2) a explicar plausivelmente a situação presente em que se encontra o agente e (3) a projetar um futuro compatível” (MARTINS, 2007, p. 08). Transpondo este ensinamento para o caso do registro diplomático, inferimos o seguinte: a ação diplomática é regulamentada por um quadro de normas e valores, por sua vez, orientados pela visão que uma sociedade tem de si, de seu passado e de seu futuro. A memória diplomática molda não apenas a visão do passado nacional daqueles que estão sendo introduzidos ao universo diplomático, como constitui objeto de reflexão aos que centralizam as decisões, ou seja, está constantemente a serviço da diplomacia.

Acreditando neste pressuposto, testaremos adiante como a memória do passado influenciou em futuros acontecimentos das relações entre Brasil e Argentina.

A memória atuante: Itaipu na visão de protagonistas brasileiros

É comum atribuir ao caso de Itaipu a razão da rivalidade aguda que Brasil e Argentina nutriram durante seus regimes militares das décadas de 1960 e 1970 e imputar a seu fim, o início de uma era de amizade entre Brasil e Argentina. Não resta dúvida de que a geopolítica está relacionada ao conflito, principalmente se considerarmos que a mesma colaborou para o traçado identitário de cada país, imbuindo de seus pressupostos tanto a diplomacia quanto os militares imperiais. No entanto, seria um equívoco atribuir com exclusividade as causas do conflito de Itaipu ao projeto geopolítico liderado pelos militares desde a década de 1920 até a de 1960.¹³ Enfatizamos aqui, justamente, a necessidade de se analisar o contencioso de Itaipu também como reflexo do padrão cultural de rivalidade, fixado pela identidade de cada país, que permeou historicamente os corpos diplomáticos e militares brasileiros e argentinos.

Crucialmente, o conflito trazia à tona a antiga disputa entre Brasil e Argentina pela influência sobre o Paraguai que perpassa o incidente da Colônia de Sacramento e o litígio em torno do território das Missões. Ou seja, Itaipu é um legado da mais remota origem das questões platinas.

O Embaixador Mário Gibson Barboza (2002) enfatiza em seu livro de memórias que o âmago do litígio não estava nos recursos hidrelétricos, mas na irresoluta disputa brasileiro-argentina pelo controle político sobre o Paraguai. Tudo teve início por um pequeno trecho territorial que o Paraguai reivindicava como seu, e para a defesa do qual colocava tropas militares em constante prontidão, aguçando a percepção de ameaça do Brasil. Ainda que preocupado com a possibilidade de invasão militar pelo vizinho, o Brasil sentia-se seguro de que não deveria ceder, sob pena de sacrificar a soberania e a integridade territoriais. Atuante no caso, à época, o Embaixador Barboza narra que entendendo que se tratava de um pleito apaixonado, a solução vislumbrada por ele foi persuadir o Paraguai a enxergar a disputa como insignificante, perante quadro de interesses de tal magnitude que, em suas palavras, “transformasse a contenda territorial em algo de importância secundária – ou mesmo, a anulasse” (BARBOZA, 2002, p. 127). Refletindo que se demandava o

incremento de recursos hidrelétricos no Brasil e em seu entorno, Barboza viu na construção de uma usina, ensejo que uniria a intenção de desenvolvimento energético do Brasil com a possibilidade de neutralizar o conflito com o Paraguai, uma vez que ao se inundar forçosamente o território em litígio – para construção da usina – eliminar-se-ia o objeto de discussão. O Paraguai terminou aceitando. “Assim nascia Itaipu” (BARBOZA, 2002, p. 132).

A ideia foi bem recebida pela diplomacia brasileira e, em 1973, assinou-se o acordo para construção da usina. Entretanto, como recorda Barboza, o problema da fronteira continuou durante anos, o que motivava alas militares e empresárias a insistir na necessidade de defensiva militar e na conveniência da construção de uma usina puramente nacional (BARBOZA, 2002, p. 136). Nessa direção, os militares brasileiros se envolveram em uma série de incidentes na fronteira, mesmo depois de assinado o acordo.

Enquanto o Brasil se preocupava com o Paraguai, a Argentina acompanhava todos os movimentos das tentativas de negociação, aproveitando o momento favorável para supervalorizar, junto ao Paraguai, um sentimento antibrasileirista. O Brasil estava prestes a angariar parceria energética, e a Argentina poderia perder a influência sobre uma área que sempre foi alvo de sua política exterior, causando uma nova reviravolta na balança de poder, que desta vez penderia em favor do Brasil.

Alegando que a construção de Itaipu entre Brasil e Paraguai causaria seu isolamento hidrográfico, a Argentina passou a militar contra ela e a idealizar, como contrapeso, a construção da usina de *Corpus*. A Argentina tentava expor e denunciar ao mundo a ilegitimidade da prática diplomática brasileira, ao evocar os termos do Tratado da Bacia do Prata, de 1969, que rezava que, tendo em vista que qualquer modificação em qualquer trecho da bacia poderia acarretar desequilíbrio no subsistema, qualquer projeto exigia consulta prévia a todas as nações envolvidas.

Durante viagem feita por toda a América do Sul, o presidente argentino Lanusse discursou declaradamente contra o imperialismo do Brasil, País onde corou seu périplo, em suposto ato de homenagem à Médici. Na mesma cerimônia em que entregara à Médici uma estátua de San Martín, Lanusse, surpreendentemente, leu um discurso distinto do anteriormente aceito pelo cerimonial brasileiro. A versão lida atacava o Brasil e fazia queixas quanto ao prejuízo que a construção de Itaipu levaria ao seu País. De acordo com

Barboza (2002, p.166), naquele momento, Médici e a diplomacia brasileira se convenceram de que a Argentina não era confiável.

A outra linha de controvérsia explorada pela Argentina girava em torno da inviabilidade técnica das cotas de altitude da usina de Corpus, supostamente por causa das cotas de Itaipu, o que pode ser questionado, levando-se em conta que as mesmas nem sequer haviam sido fixadas entre o Brasil e o Paraguai. Para o Embaixador, no entanto, o que esclareceu que a Argentina criava embates sobre problemas inexistentes, foi a conversa de bastidor que teve com o chanceler argentino, Luis Maria de Pablo Pardo, de quem se tornou grande amigo:

Pablo Pardo confessou-me, então, que a estratégia argentina era construir, passo a passo, uma base de argumentação, para eventualmente levar-nos à Corte de Justiça Internacional [...]. Perguntei a Luis Maria o que aconteceria se aceitássemos essa tese e passássemos a consultá-los sobre os passos necessários à construção da usina. Respondeu-me que provavelmente o governo argentino não concordaria com nossas propostas e procuraria adiar a obra o máximo possível. Espantei-me. Não poderia haver nada mais negativo, e o disse a Pablo Pardo. – O que não queremos, realmente, é que vocês construam essa hidrelétrica com o Paraguai – respondeu-me ele, com desconcertante franqueza. Era difícil acreditar no que eu ouvia. Pablo Pardo prosseguiu, explicando que prevalecia na Argentina uma corrente de pensamento geoestratégico segundo a qual, se o Brasil construísse um polo econômico de tal grandeza, na fronteira norte da Argentina, pobre e escassamente habitada, praticamente dominaria aquela região. Explicou-me que ele, particularmente, não compartilhava desse receio, mas que era esta a ideia predominante no seu governo e na oposição, assim como nas classes armadas. Era o impasse! Não havia possibilidade de acordo, a menos que cedêssemos em tudo o que eles queriam; era impensável. Mantive esta estranha conversa em total segredo. [...] Além disso, se revelasse o que ele me confessara [...] a consequência seria sua substituição por um outro que seguiria orientação semelhante ou pior (BARBOZA, 2002, p. 160-161).

Enfim, o litígio de fundo energético foi levado à Conferência de Estocolmo, em 1972, e tudo indicava que, por *lobbyismo*, a votação seria desfavorável ao Brasil. A boa vontade do Brigadeiro Mac Laughlin – chanceler argentino – e de Sapena Pastor foram cruciais para que naquela circunstância, depois de uma ampla exposição de Barboza sobre a irracionalidade do bramido argentino, a Assembléia da ONU reunisse uma quase unanimidade de votos em favor da resolução conjunta. Sem abrir mão de sua postura, a Argentina, no entanto, anunciou a decisão não como cessão ao Brasil, mas como uma vitória própria, decorrente da clara disposição de benevolência que mantinha para com seus

vizinhos. Ainda que o discurso oficial explorasse a superioridade da Argentina para com aquele desfecho, a decisão de Maclaughtlin e de Sapena Pastor foi amplamente contestada pela opinião pública e pela oposição argentina, e o acordo foi tão duradouro quanto a presença daqueles na chancelaria. As polêmicas relacionadas às cotas de altitude e à quantidade de turbinas a serem instaladas em Itaipu perpassaram, no Brasil, o governo Geisel, ganhando definição apenas no governo Figueiredo. Nesta fase, porém, o Brasil encontrava-se tanto mais respaldado, e a resolução conjunta a que se chegou contou, a partir de então, com a chancela da Assembléia Geral da ONU. Isto, de certo modo, freou os ímpetos argentinos, ao mesmo tempo em que garantiu alguma melhora da imagem do Brasil diante dos organismos internacionais. Com a conciliação das relações entre os governos de Figueiredo no Brasil e Videla na Argentina, estabeleceu-se, enfim, o Acordo Brasil-Paraguai-Argentina sobre cooperação técnico-operativa Itaipu-Corpus, que negociou a compatibilização da cota de Corpus com a potência de Itaipu. A Argentina aceitou uma cota de 105 metros para Corpus, enquanto o Brasil e o Paraguai se comprometeram a instalar apenas 18 turbinas originais, abandonando a idéia anterior de 20 turbinas.

Entretanto, o Itamaraty, já na chefia de Ramiro Saraiva Guerreiro sabia que se estava criando uma solução imaginária para um problema irreal. Já aposentado, o então chanceler, que estava na ponta das negociações de Itaipu assim se referiu à questão: “O problema me parecia extremamente difícil de resolver por ser **falso** e, portanto, **não muito suscetível de abordagem objetiva**” (GUERREIRO, 1992, grifo nosso). A chancelaria brasileira perseverou em encontrar solução, enfrentando tanto as alas mais nacionalistas do Itamaraty que não concordavam com tamanha sujeição, como as alas garantes das Forças Armadas que viam o problema como agressão à soberania do Brasil.

O apaziguamento final, expresso pelo Acordo de 1979 foi possível graças a dois vetores: a profunda crise econômica que pairou sobre toda a América Latina naquela década, e a vontade daquele governo em driblar a corrente profunda da rivalidade – ainda que para satisfazer necessidades conjunturais. Tal quadro é passível de vislumbre no seguinte trecho de palestra proferida por Guerreiro, por ocasião do Segundo Seminário Internacional de Política Estratégica:

Seguramente, há mais de uma década e meia a economia internacional exhibe sinais de preocupante evolução. [...] os indícios de desequilíbrio nos impulsos de expansão do sistema, cujos efeitos recentes maiores se fizeram sentir – como sempre acontece – sobre o universo mais frágil dos

países em desenvolvimento. [...] o surgimento de elevados déficits governamentais norte-americanos em meados dos anos sessenta alimentou um corolário de pressões inflacionárias em escala internacional; o nascimento do mercado de euromoedas provocou expansão exponencial do crédito internacional já nos primeiros anos da década de 1970; a decisão unilateral dos Estados Unidos de suspender a conversibilidade do dólar-ouro e desvalorizar a moeda inaugurou, em 1971, um ciclo de prolongada instabilidade cambial; os dois choques de petróleo de 1973 e 1979 agravaram não só a dependência do Terceiro Mundo em relação às fontes de financiamento internacional, mas também os desequilíbrios nos balanços de pagamentos, dramatizados, no final da década, pela elevação explosiva das taxas de juros; a expansão acelerada do comércio e a maior taxa de abertura da economia norte-americana promoveram a crescente internacionalização do sistema econômico (BRASIL, 1983, p. 59).

A situação econômica da época, caracterizada pela estagnação e pela inflação e ao mesmo tempo pela elevação exorbitante das taxas de juros, levou o “terceiro mundo” a um crescente endividamento. Tratou-se de um “despertar de consciências” que trouxe como corolário a necessidade vital de cooperação. Foi no sentido de buscar novos aportes para um período tão incerto que a chancelaria brasileira não hesitou em tentar virar o jogo, embora soubesse que o estabelecimento de um período de tréguas se vincularia menos a um projeto de Estado por parte da Argentina do que à flexibilidade das pessoas que a governavam, como indicou Ramiro Saraiva Guerreiro:

Parecia-me que preliminarmente urgia pôr em parênteses princípios cuja harmonização é possível em uma negociação puramente normativa, ou em trabalho acadêmico, nunca, porém, no meio de uma controvérsia concreta, com forte carga política e emocional. Sorte nossa que, a frente da chancelaria argentina, estava o brigadeiro-do-ar reformado, Carlos Pastor, que não tinha experiência de assuntos internacionais mas tinha o que era realmente importante: patriotismo, inteligência, fácil acesso ao presidente Videla, seu concunhado e vontade de resolver a questão (GUERREIRO, 1992, p. 92).

Guerreiro descreve que para a concretização do Tratado Tripartite Itaipu-Corpus, recorreu-se à cautela de ter presente nas mesas de conversações apenas as pessoas mais próximas e confiáveis da chancelaria brasileira:

Resolvi tratar da Itaipu com muito pouca gente do Itamaraty [...]. Entendia eu que tudo teria de ser feito com sigilo. Sobretudo sem que os vaivéns de uma complexa negociação vazassem à imprensa e criassem um clima de confrontação. O que tinha que ser público era o resultado final, o qual só ocorreria caso fôssemos discretos ao prepará-lo. Entendi que deveria

começar por fixar nossa posição mínima, que seria aprovada pelo presidente e depois não poderia mais estar sujeita a variações. Negociar firme, sem hesitações, bem plantado. Para tanto, era preciso obter que nossa área técnica tivesse uma opinião unívoca (GUERREIRO, 1992, p. 94).

Assim, dever-se-ia passar à comunidade nacional e internacional a impressão de que tudo decorreu harmonicamente, como fruto da vontade mútua de amizade das três partes envolvidas e, principalmente, como resultante da nascente e promissora amizade brasileiro-argentina (GUERREIRO, 1992, p. 93).

Em entrevista ao jornal *Clarín* da Argentina, o então presidente brasileiro João Figueiredo declarou:

A assinatura do Acordo de Coordenação Técnico-Operativa entre Itaipu e Corpus é um acontecimento altamente significativo no contexto das relações entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai. [...] Considero, assim, que o Acordo sobre Itaipu e Corpus, ao juntar-se ao elenco de entendimentos que propugnam pelo progresso da região, nos incentiva a persistir no caminho da cooperação e da realização de empreendimentos que visam ao desenvolvimento, através da associação de esforços. (BRASIL, 1979, p. 85-86).

Embora o Acordo tenha sido anunciado oficialmente como marco de um processo de desconstrução das suspeitas mútuas, e como símbolo da renúncia a projetos hegemônicos individuais do passado, outros fatores devem ser considerados no restabelecimento das relações Brasil-Argentina. Um deles é a conjuntura internacional e regional. A década de 1980 foi marcada por remodelações na conjuntura internacional e nos parâmetros de inserção da América Latina. O fenecimento da ordem bipolar, e a aceleração do processo de globalização econômica induziram à adesão de premissas de interdependência que, por sua vez, inspiraram disposições governamentais para construção das chamadas parcerias estratégicas. Por outro lado, o devastador quadro constituído pela chamada “década perdida” para a América Latina aguilhoou forte senso de união contra a opressão das políticas liberais do Norte. O parâmetro associativo foi adotado como alternativa a problemas onerosos e complexos, impassíveis de serem enfrentados isoladamente. Naquele contexto, foi instituída a ALADI, a partir do Tratado de Montevideu (1980), visando à criação de um mercado comum latino-americano.

Embora nos deparemos com um cenário propício à cooperação, é necessário ressaltar que a despeito do claro discernimento regionalista, cada país explorava individualmente as oportunidades em curso, e que as medidas de cooperação significavam alavancas do desenvolvimento nacional. Seguindo esta lógica, o Brasil dispôs-se a harmonizar-se e a promover a cooperação com seus vizinhos, também afetados pelas oscilações do sistema internacional. Contudo, considerando que a integração não seria viável se persistissem as suspeitas mútuas quanto a projetos militares¹⁴, medidas de transparência e de confiança mútua foram acrescentadas aos acordos comerciais. Múltiplos entendimentos oficiais foram firmados: No ano de 1985, José Sarney e o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín (1983-1989) determinaram a criação de uma comissão mista de cujo trabalho resultou a Assinatura, em novembro de 1985, da Declaração de Iguazu e a fundação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) que fixava, dentre outros, o compromisso de desenvolvimento de energia nuclear para fins estritamente pacíficos. Em seguida, foram assinadas: a Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear; a Declaração de Brasília de 10 de dezembro de 1986; a Declaração de Viedma de 1987; a Declaração de Iperó de 1988; a Declaração de Ezeiza de 1988; a Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral nos Usos do Espaço Exterior.¹⁵ A maioria dos documentos expressava, dentre outros propósitos, os de cooperação e de integração, de transparência mútua quanto ao enriquecimento de urânio, e do apoio mútuo ao desenvolvimento industrial. Já o período compreendido pelos anos de 1989 a 1994 acolheu a assinatura de documentos que atingiram maior complexidade no que toca aos fundamentos da cooperação. Inserido neste período encontra-se o Tratado de Assunção, de 1991, que criou o MERCOSUL. Mais uma vez, porém, o contexto internacional e nacional que enquadrou o mencionado processo não pode ser desmerecido. Há de se salientar que a política externa de Collor de Mello (1990-1992) alinhou-se às novas tendências neoliberais advindas do chamado Consenso de Washington, ao mesmo tempo em que foi caracterizada pelo empenho ao acesso a novas tecnologias e ao incremento da capacidade industrial, ainda que através da retirada do Estado da economia (LIMA, 2000, p. 266). A despeito dos reveses em matéria de política nacional, Collor alcançou uma mais ampla inserção brasileira no sistema internacional, sendo orientado por três princípios: 1. Atualização da agenda internacional; 2. Construção de agenda positiva com os Estados Unidos; 3. Descaracterização do perfil terceiro-mundista (HIRST e PINHEIRO, 1995, p. 06). Assim,

tanto no que toca à cooperação bilateral entre Brasil e Argentina, como no concernente ao MERCOSUL, há que se impor o seguinte raciocínio: a maior parte dos Atos Internacionais assinados pelo Brasil, naquele contexto, refletia a estratégia brasileira de restabelecer a credibilidade externa do país ante seus principais interlocutores no mundo industrializado, rompendo a identificação com o mundo subdesenvolvido. A proposta de integração que redundou na formação do MERCOSUL inseriu-se, portanto, no bojo da adoção de medidas liberalizantes da economia, que tinham no bloco apenas uma plataforma de operacionalização. É certo que os processos de confiança mútua e de cooperação econômica entre Brasil e Argentina se retroalimentaram, como adverte Vargas (1997, p. 62). Assim, ainda que não houvessem constituído fim em si mesmo, aqueles compromissos geraram um clima de maior estabilidade regional. Os esforços de Collor voltados à adesão a regimes internacionais e à busca pelo reconhecimento do Brasil como País promotor da Paz, podem ser deslindados pela redução de programas tecnológicos conduzidos pelas Forças Armadas.¹⁶ No âmbito do relacionamento bilateral Brasil-Argentina, são sublinháveis alguns tratados assinados: a *Declaração sobre Política Nuclear Conjunta Brasileiro-Argentina* (1990), que instituiu a cooperação em matéria de pesquisa, troca de informações e intercâmbio de materiais nucleares, e decidiu pela aprovação de um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC); o *Acordo entre o Brasil e a Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear* (1991) que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), a qual se incumbiu de administrar a operacionalidade do entendimento e administrar o SCCC. Como desdobramento, a AIEA foi incluída nas tratativas e, por fim, surgiu o *Acordo Quadripartite* envolvendo Brasil, Argentina, ABACC e AIEA. Dado ao grau de comprometimento fixado por estes compromissos e, também ao fato de eles serem fiscalizados por uma Organização Internacional, acreditou-se, à época que a rivalidade brasileiro-argentina estava definitivamente ultrapassada, e que a amizade era um processo irreversível. Embora o governo de Itamar Franco tenha impresso um caráter um pouco mais nacionalista a sua política externa, foram mantidas as tratativas bilaterais com a Argentina e com a AIEA, ratificando-se o Acordo Quadripartite, em 1994. Conservou-se, ademais, a busca pela renovação de credenciais internacionais, o que se ilustra com a adesão ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e com a ratificação do Tratado de Tlatelolco (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 14).

Não foi nossa intenção fazer um retrospecto da constituição MERCOSUL, nem tratar de seus fundamentos, seu funcionamento e seu desdobramento, mas apenas mostrar que nem ele, tampouco as medidas de confiança mútua que a ele abriram caminho, consolidaram a amizade brasileiro-argentina, uma vez que se relacionaram mais à instrumentalidade com que serviam aos interesses nacionais dos países envolvidos, do que a um fim em si mesmo. Outros vestígios da sobrevivência do padrão de rivalidade podem ser obtidos da leitura de documentos diplomáticos referentes ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, como se mostra abaixo.

Ecoss contemporâneos da rivalidade nos bastidores da diplomacia

A correspondência diplomática menciona um sem número de declarações da imprensa argentina a respeito do suposto uso que o Brasil fazia do MERCOSUL como plataforma de exploração comercial de seus parceiros, sem proporcionar a devida contrapartida. Nesta linha encontra-se o telegrama do então Embaixador Azambuja, informando a seu superior no Brasil que recebera nota verbal do então Embaixador argentino Jorge Campbell, enfatizando profunda insatisfação com as políticas comerciais do bloco. Após aquela conversa, Domingo Cavallo¹⁷, alegando não serem satisfatórias as defesas brasileiras, suspendeu todas as negociações mercosulinas por sessenta dias, até que o Brasil revisse seu posicionamento (BRASIL, 1995). Constata-se com isso, que embora o MERCOSUL tenha sido anunciado como corolário de política externa de Cardoso, ele foi entremeado de inúmeros conflitos que não chegaram ao conhecimento público naquela época.

A visão diplomática brasileira é de que partiam da Argentina de Menem duas posturas distintas: uma dirigida à opinião argentina e aos demais países latino-americanos, e outra à comunidade de países desenvolvidos. A primeira postura era de vitimização perante o protecionismo comercial do Brasil; a outra revestia a Argentina de superioridade e liderança no contexto do MERCOSUL. Ambas incomodavam a diplomacia brasileira, que se indignava com a arrogância argentina ao se auto intitular líder do MERCOSUL, e de com isto pretender restaurar sua imagem internacional. Azambuja observava que a Argentina procurava “apresentar-se com líder mundial ativo nos campos da segurança

internacional, das forças de paz, do socorro alimentar a populações carentes e, agora como mentora do MERCOSUL” (BRASIL, 1995).

A despeito de a polêmica ser travada, na maior parte das vezes pela Argentina, a diplomacia brasileira, além de cuidar para que o vizinho não percebesse o afã de liderança do Brasil, também se mostrava incomodada com certa presunção de Menem por arrogar a seu país a liderança do bloco. A exemplo, podemos mencionar o telegrama expedido por Azambuja a Lampreia, expressando seu mal-estar ao tomar conhecimento sobre o livro “Que es el Mercosur”, escrito por Menem, que seria distribuído pela Europa, divulgando o MERCOSUL como um alvitre argentino (WINAND, 2010, p. 77).

O Brasil, que passava a fazer do pleito a um assento permanente no Conselho de Segurança um desígnio constante de sua política externa, avistava na atuação da Argentina um esforço para deslegitimar sua pretensão. Outro exemplo dessa percepção brasileira é o telegrama de Azambuja ao Ministério das Relações Exteriores, no qual comenta participação do especialista argentino Carlos Escudé em conferência sobre segurança hemisférica, no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA. Para Azambuja, a opinião expressa por Escudé era perigosa porque promulgava ao mundo um poder maior do que o Brasil realmente dispunha, e um desígnio “certamente mais maquiavélico”. Não apenas da comunicação de Escudé na OEA, como da leitura de textos de autoria daquele, Azambuja depreendia que o intelectual suspeitava do Brasil, “por dois objetivos que parecem não só perversos, como contraditórios”:

O primeiro desses propósitos seria o de identificar o posicionamento externo independente dos EUA, desfazendo a política de adesão automática à grande potência mundial que ele, Escudé, vigorosamente defende. O segundo é o temor de que a Argentina deixe de ser caudatária de Washington para se transformar em satélite de Brasília, para o que contaria o Brasil com o beneplácito de Washington. Com a primeira hipótese, Escudé defende seu papel acadêmico de maior prestígio aqui, em que propõe em agosto de 1993 o modelo de ‘realismo periférico’ que, em boa medida, compõem o embasamento teórico da política que o chanceler Guido Di Tella tem seguido em relação aos grandes países industriais. Na segunda trincheira, Escudé volta a levantar o espectro do ‘subimperialismo brasileiro’, tão em voga aqui nas décadas de 60 e 70, tempos da revista ‘Estratégia’, e influenciada pelo pensamento do General Osiris Villegas e do Almirante Isaac Rojas. O âmago da vertente que Escudé expressa é sempre a percepção de que o Brasil é grande demais e próximo demais e que, de uma maneira ou de outra, acabaríamos por descaracterizar a Argentina ao atraí-la para a nossa órbita. Na defesa dessa visão, as posições podem ser tropicamente contraditórias, como muitas

vezes o são, a exemplo do que passou quando a Argentina temia simultaneamente que o Brasil a desertificasse pela retenção de todas as águas do Rio Paraná ou que a inundasse pela liberação cataclísmica de todo o reservatório de Itaipu (BRASIL, 1995).

Ao mesmo tempo em que se nota o incômodo da chancelaria brasileira com o comportamento de alguns setores argentinos, percebe-se também a vigília constante para que a Argentina não obstaculize as pretensões de liderança do Brasil e vice-versa. Em telegrama ao Ministério das Relações Exteriores, datado de novembro de 1995, o então Embaixador brasileiro na Argentina, Azambuja, comenta sobre a reação negativa da Argentina ao tomar ciência de que tanto Brasil quanto Chile haviam avançado na área de mísseis (BRASIL, 1995). Todavia, a competição em torno da liderança na vigília da segurança regional, caminha lado a lado ao incremento de medidas de estabelecimento da confiança mútua, como se forças antagônicas travassem constantemente uma luta quase invisível, coberta pelo véu da amizade e da cooperação.¹⁸ Portanto, na mesma linha defendida neste artigo, a cooperação é pensada também como um modo de frear o ímpeto de competição, mas dificilmente o substitui completamente. Por outro lado, a cooperação é o padrão discursivo usado estrategicamente por ambos os países, como meio de realização de suas próprias vontades.

É bastante conhecido o fato de a Argentina resistir à candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, assim como o incômodo do Brasil quando assistiu ao pleito da Argentina pela aliança especial com a OTAN. Mas há outros episódios que denunciam a sobrevivência da disputa bilateral no âmbito da liderança regional em matéria de segurança. No ano de 1995, significativo número de telegramas trocados entre a Embaixada do Brasil na Argentina e o Ministério das Relações Exteriores no Brasil preencheu-se da disputa que Brasil e Argentina alimentaram em torno da liderança na mediação do conflito entre o Equador e o Peru, que tem no século XX dois dos seus mais tensos momentos: a Guerra da Paquisha em 1981, e a Guerra da Cenepa, em 1995.¹⁹ De acordo com relato do Embaixador Ivan Cannabrava, acerca do processo de paz Equador-Peru (1995-1998), após quatro anos de árduo trabalho dos países garantes – Brasil, Argentina, Estados Unidos e Chile – resolveu-se a discórdia e se instaurou a paz. O Embaixador alude à construção do entendimento Equador-Peru como um dos maiores trunfos da diplomacia brasileira na região. Cannabrava enfatiza o fato de Brasília ter sediado, ainda em 1995, um encontro entre as duas partes litigiosas que confluíu na

assinatura do Acordo consagrado como “Paz do Itamaraty”, o qual estabeleceu as condições preliminares indispensáveis à trégua concretizada em 1998, pelo “Acordo Global e Definitivo de Paz” (CANNABRAVA apud WINAND, 2010).

Lampreia, o então Ministro das Relações Exteriores evidencia o logro brasileiro ao ponderar que o conflito foi resolvido sem a intervenção da OEA, da ONU, ou do Vaticano, como acontecera no caso do litígio do canal de Beagle, entre Chile e Argentina. Para ele, “Devemos ter orgulho de nosso papel diplomático, que permitiu que, com uma liderança construtiva, encerrássemos um dos contenciosos internacionais mais antigos da região” (LAMPREIA, 2010, p. 149). E reforça o então ministro “Liderança não se proclama em bravatas ou discursos bombásticos, exerce-se ainda que em condições difíceis ou até adversas” (LAMPREIA, 2010, p. 150). Uma destas situações difíceis e até adversas mencionadas por Lampreia diz respeito, seguramente, às ações argentinas visando neutralizar a liderança brasileira buscando diálogo paralelo com o Peru e com o Equador, sobretudo tentando angariar apoio daqueles para candidatura junto ao CS da ONU. Pela análise da correspondência diplomática, constata-se, no entanto, que o Brasil monitorava de perto uma acusação sobre triangulação de armas encoberto por setores do Ministério da Defesa da Argentina. Segundo acusação, a Argentina enviaria armas à Venezuela e de lá, as mesmas seguiam ao Equador. Para a diplomacia brasileira, hora mais, hora menos, o processo ilícito viria à tona, expondo a Argentina como fomentadora do conflito, o que a deslegitimaria frente à tentativa de liderar o processo de paz.

Ou seja, Brasil e Argentina, ainda em meados da década de 1990, seguiam disputando a liderança regional, bem como se monitorando mutuamente, afim de que jogadas cruciais pudessem ser neutralizadas diplomaticamente. Não era a paz regional que estava em foco nas relações bilaterais. Mas qual dos dois Estados tiraria melhor proveito de um conflito, mostrando sua competência à comunidade internacional, na resolução do mesmo.

Considerações finais

A solução do conflito de Itaipu não pode ser considerada como marco da amizade brasileiro-argentina, porque não encerra em si a causa essencial da disputa bilateral. O conflito de Itaipu evoca os espíritos do passado, ou seja, as questões platinas, as quais, por

sua vez, foram reflexos do modo como cada país identificou-se e identificou o outro no conjunto geográfico da América do Sul. A partir daí, a rivalidade entre Brasil e Argentina tornou-se uma questão de afirmação da maneira como cada um via a si mesmo e ao outro. Desde então, os motivos para contendas foram quase sempre pretextos que visavam dar concretude aparente a razões puramente afetivas. Um relato da mais recuada história das relações brasileiro-argentinas indica que a solução do conflito de Itaipu é apenas mais um gesto de disposição a cooperar que dentre tantos outros, na longa história do vaivém brasileiro-argentino, emergia para apagar incêndios potencialmente destrutivos. Mas que uma vez cumprida sua função, perdia seu sentido. É possível que a ação do homem de Estado amenize a percepção de rivalidade, como juntos fizeram Sarney e Alfonsín, assinando tantos acordos de cooperação e amizade que redundaram no MERCOSUL. Mas basta que se alterne o governo e com ele a gestão do Itamaraty para que se veja a cooperação coberta pela névoa cinza da competição. Isto acontece porque no âmago do Estado e de suas instituições instrumentais jaz a memória de rivalidade que nasceu juntamente com a emergência das duas nações, e que permeou toda sua história. É, no entanto, um sentimento independente e totalmente passível de convivência com noções cooperativas. Constitui uma corrente sentimental de longa duração, correspondendo, por isso, uma condicionante estrutural das relações entre Brasil e Argentina, ou uma força profunda, como chamaria Renouvin.

Dando sequência a este raciocínio não estranhamos o fato de, no percurso de pesquisa realizada junto ao arquivo histórico do Itamaraty, encontrarmos documentos brasileiros que remetam tanto à necessidade de manutenção do clima de concórdia reiterado por Brasil e Argentina ao longo das décadas de 1980 e 1990, como outros da mesma fonte, anunciando a incancelável desconfiança brasileira em relação às intenções de seu parceiro, ou a constante vigília em torno da liderança regional.

Referências

ALMEIDA, Hamilton. *Sob os olhos de Perón*. O Brasil de Vargas e as relações com a Argentina. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2005.

ALVES, Vagner Camilo. *Da Itália à Coréia: Decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflito e integração na América do Sul*. Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BEIRED, José Luis B. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2002.

BRASIL. Resenha de Política Exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1979.

_____. Resenha de Política Exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1983.

_____. Mensagens Oficiais. Desclassificado de acordo com a Dec.5.301 de 9/12/2004. Brasília: Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, 1995.

_____. Telegramas de BRASEMB Buenos Aires Para: Exteriores. Desclassificado de acordo com a Dec.5.301 de 9/12/2004. Brasília: Arquivo histórico do Ministério das Relações Exteriores, 1995.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Pan Americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003). *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n. 1, jun./jul. /ago. 2004. p. 65-80.

CANNABRAVA, Ivan. O Processo de Paz Equador-Peru (1995-1998). Missões de Paz. A diplomacia brasileira nos conflitos internacionais. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo11. Acesso em: 10 mai. 2010.

CERVO, Amado L. Intelectuais argentinos e brasileiros: olhares cruzados. In: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

_____; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002.

CORREA DA COSTA, Sérgio. *Crônica de uma guerra secreta*. Nazismo na América: A conexão argentina. São Paulo: Record, 2005.

LIMA, Raphael C.; SOARES, Samuel A. No limbo da dissonância: Argentina e Brasil no campo da Defesa. In: CARMO, Corival A. et al. (Org.). *Relações Internacionais*. Olhares Cruzados. Brasília: FUNAG, 2013.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

HIRST, Mónica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 38, n1, 1995

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil. Polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80. jan./jun. 2007

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. Passado, presente e futuro. Reimpressão da segunda edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia brasileira*. Palavras, contextos e razões. 2. ed. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 1999.

_____. *O Brasil e os ventos do mundo*. Memórias de cinco décadas na cena internacional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LIMA, Maria Regina S. Instituições Democráticas e Política Exterior. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 22, 2000, p. 265-303.

LIMA, Raphael Camargo; SOARES, Samuel Alves. No limbo da dissonância: Argentina e Brasil no campo da Defesa. In: CARMO, Corival A. et al. (Org.). *Relações Internacionais. Olhares Cruzados*. Brasília: FUNAG, 2013.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp, 1997.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Cultura e Poder*. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MELLO, Eduardo de Achilles. Um panorama dos problemas de fronteira entre os países andinos. *Observador On Line*, v. 4, n. 2, 2009.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1992.

PARADISO, José. *Idéias, ideologias e Política Externa na Argentina*. Tradução de Sérgio Bath. *Diplomacia, Estratégia, Política (DEP)*, n. 5, jan./mar. 2007. Brasília: Projeto Raúl Prebisch.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*. Tradução nossa. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe. Diplomacia e História: Política Externa e Identidade Nacional Brasileira. *Política Externa*, São Paulo, v. 9, n. 1.

SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina*. História de uma ideia. Tradução Sérgio Bath e Mário Hilga. Brasília: UNB, 2008.

VARGAS, Everton Vieira. Átomos a integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n. 1, 1997.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WINAND, Érica C. A. *A segurança internacional na política externa do Brasil. Idas e Vindas no processo de construção e consolidação da confiança mútua com a Argentina (1985-1994)*. Dissertação (mestrado em História). – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2006.

_____. *Diplomacia e Defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso. História e Conjuntura nas relações do Brasil com a Argentina*. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2010.

Notas

¹O presente artigo é derivado da tese de doutoramento da autora *Diplomacia e Defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso. História e Conjuntura nas relações do Brasil com a Argentina*.

²Em 1935, Renouvin criou o *Institut d'histoire des relations internationales*, hoje denominado *Institut Pierre Renouvin*. A publicação dos oito volumes de *Histoire des relations internationales (1953)* funda a escola francesa das Relações Internacionais, juntamente com o conceito de “forças profundas”, o qual passou por posterior atualização, quando da parceria com Duroselle, em *Introduction à l'histoire des relations internationales*, de 1964 (SARAIVA, 2007, p. 13).

³Respeitando o período necessário para desclassificação, este artigo se limitará a investigar os reflexos contemporâneos da rivalidade, até meados da década de 1990, quando, entretanto, os apelos à integração latino-americana, que têm nas relações entre Brasil e Argentina seu núcleo duro, estão particularmente em voga.

⁴Concebemos a rivalidade como uma estrutura social e cultural, definida por Alexander Wendt como uma posição na qual dois países competem entre si para lograr seus interesses, usando a violência de modo

limitado. É diferente da condição de inimigos, os quais não observam limites para o uso da violência (WENDT, 1999, p. 258).

⁵Historiador português que por meio da análise cartográfica e historiográfica defende que a cartografia portuguesa teria falseado os contornos geográficos do Brasil, criando a noção de Ilha Brasil, de cuja representação far-se-ia uso político, como mostra Kantor, 2007, p. 70-80.

⁶Magnoli (1997) analisa o nexa entre o surgimento dos estudos cartográficos e o início dos registros históricos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, do qual fez parte até sua morte, o Barão do Rio Branco, seria instrumento da “invenção da nação”. Não por acaso, Rio Branco é considerado “inventor da nação”.

⁷Segundo Lafer, os navegantes descobriram o Brasil, em seguida os bandeirantes ocuparam seu território e ocuparam as fronteiras para além dos tratados, e, finalmente, os diplomatas lograram a consolidação jurídica do território. Lafer, 2007, p. 25.

⁸Apesar de nunca terem se encontrado no período em que conduziram em concomitância as duas nações (1951-1954), Vargas e Perón acompanhavam cuidadosamente o que se passava do outro lado da fronteira. Almeida, 2005, p. 17.

⁹Para discussões aprofundadas, ver: Moura, 1991; Seintenfus, 2003; Alves, 2007.

¹⁰Para ilustrar as importantes inferências alcançadas pelo autor, utilizamos citações de documentos produzidos pelo Embaixador Cooke e pelo próprio Perón, utilizadas em Almeida, Hamilton. *Sob os olhos de Perón. O Brasil de Vargas e as relações com a Argentina*. São Paulo; Rio de Janeiro, 2005.

¹¹“Quero que as pessoas pensem, no futuro, que, se houve cretinos, não fui o único e todos juntos iremos ao baile del cretinismo”. Fonte citada em: Almeida, 2005, p. 61

¹²De acordo com Wendt, a rivalidade constitui uma relação inter-psicologista, caracterizada pela participação bilateral de crenças subjetivas a respeito do eu e do outro. A mudança nestas crenças afetaria, em consequência, o grau da rivalidade (WENDT, 1999, p. 283).

¹³Sob um ponto de vista reduzido ao campo militar, podemos inserir o conflito de Itaipu num contexto de esforço de conversão do Brasil em núcleo de poder regional, o chamado projeto “Brasil Potência” que coincide, por sua vez, com o projeto “Argentina Continental, Bioceânica e Antártica”. Entre os militares de ambos os países, reinava o propósito mútuo de elaboração de projetos para neutralização dos esforços do vizinho. Sobre isto, ver Miyamoto, 1992 e Cavagnari, 1994.

¹⁴Referimo-nos aqui ao desenvolvimento de artefato nuclear tanto por parte do Brasil, quanto da Argentina, causador de acirrada rivalidade. No Brasil, o Programa Nuclear Paralelo (PNP) foi desarticulado apenas nos anos 1990, no governo Collor de Mello.

¹⁵Explicação mais detalhada do contexto e do processo de assinatura dos documentos relatados encontra-se em WINAND, Érica C. A, 2006.

¹⁶Este processo está detalhado na dissertação de mestrado da autora, supra referenciada.

¹⁷Ministro da Economia do governo Menem.

¹⁸Interessante raciocínio é desenvolvido em LIMA, Raphael Camargo; SOARES, Samuel Alves. No limbo da dissonância: Argentina e Brasil no campo da Defesa. In: CARMO, Corival A. et al. (Org.), 2013.

¹⁹ A Guerra da Cenepa e a Guerra da Paquisha fazem parte de um conjunto de conflitos fronteiriços entre Equador e Peru, originados no processo de formação das nações hispano-americanas no século XIX. Como extensão do conflito de 1981, em 1995, os dois países se enfrentaram na região do rio Cenepa, devido a um litígio pela posse das mediações da Paquisha, e de outras áreas. O conflito sofreu intervenções do Brasil e da Argentina. Mello, 2009, p. 09.

Artigo recebido em: 31/08/2014. Aprovado em: 15/10/2014.